



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí,
Brasil; CEP 64049-550

Telefones: (86) 3215-5525/ 3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

**Nº 672 – Outubro/2021
Resolução (39 e 40/2021)
(CONSUN/UFPI)**

Teresina, 13 de Outubro de 2021



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CONSUN/UFPI Nº 39 DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

Aprova Política de Privacidade e Termo de Uso de Dados, bem como Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais, da Universidade Federal do Piauí.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO-CONSUN, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho Universitário, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 01/1984, de 15 de fevereiro de 1984 e alterado pela Resolução nº 27/2013, de 16 de abril de 2013;
- a decisão do Conselho Universitário em reunião do dia 07 de outubro de 2021;
- o Processo Nº 23111.036927/2021-94,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Privacidade e Termo de Uso de Dados, bem como o Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais, da Universidade Federal do Piauí, conforme anexos I e II.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto Nº 10.139/2019, justificando-se a urgência pela necessidade de adequação a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Nº 13.709/2018).

Teresina, 11 de outubro de 2021.

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

POLÍTICA DE PRIVACIDADE – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais) e poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o titular a consultar periodicamente esta seção.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Quais dados pessoais são tratados pelo serviço prestado pela UFPI?

A utilização pelo titular dos dados, usuário do sistema, de determinadas funcionalidades do serviço dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- Nome completo
- Nome social
- Data de nascimento
- Sexo
- Filiação
- Nacionalidade
- Naturalidade
- Número de inscrição no CPF
- Estado civil
- Endereço de e-mail
- Endereço
- Número de telefone
- RG
- Foto do titular
- Dados bancários
- Dados de saúde
- Dados sócio-econômicos
- Dados étnicos- raciais
- Informações técnicas (endereço IP e identificação de dispositivos)

Como os dados são coletados?

- Nome completo: Informado pelo titular
- Nome social: Informado pelo titular
- Data de nascimento: Informado pelo titular
- Sexo: Informado pelo titular
- Filiação: Informado pelo titular
- Nacionalidade: Informado pelo titular
- Naturalidade: Informado pelo titular
- Número de inscrição no CPF: Informado pelo titular
- Estado civil: Informado pelo titular
- Endereço de e-mail: Informado pelo titular
- Endereço: Informado pelo titular
- Número de telefone: Informado pelo titular
- RG: Informado pelo titular
- Foto do titular: Informado pelo titular
- Dados bancários: Informado pelo titular
- Dados de saúde: Informados pelo titular ou obtido no setor de saúde vinculado ao prestador do serviço
- Dados sócio-econômicos: Informado pelo titular
- Dados étnicos- raciais: Informado pelo titular
- Informações técnicas (endereço IP e identificação de dispositivos)

Para qual finalidade a UFPI utiliza seus dados?

- Nome completo: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais

- Nome social: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Data de nascimento: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Sexo: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Filiação: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Nacionalidade: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Naturalidade: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Número de inscrição no CPF: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Estado civil: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Endereço de e-mail: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Endereço: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Número de telefone: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- RG: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Foto do titular: Registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Dados bancários: Depósito de bolsas/pagamento de salário e proventos
- Dados de saúde: Aprimoramento do serviço público de educação
- Dados sócio-econômicos: Registros acadêmicos e funcionais
- Dados étnicos- raciais: Registros acadêmicos e funcionais
- Informações técnicas (endereço IP e identificação de dispositivos)

Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

- Nome completo: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Nome social: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Data de nascimento: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Sexo: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Filiação: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Nacionalidade: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Naturalidade: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Número de inscrição no CPF: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Estado civil: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Endereço de e-mail: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Endereço: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Número de telefone: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- RG: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Registro de acesso: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização

- Foto do titular: Armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Dados bancários: armazenamento, utilização e transferência
- Dados de saúde: armazenamento, utilização e transferência
- Dados sócio-econômicos: armazenamento, utilização e transferência
- Dados étnicos-raciais: armazenamento, utilização e transferência
- Informações técnicas (endereço IP e identificação de dispositivos)

Os dados pessoais utilizados no serviço prestado pela UFPI são compartilhados?

Os dados pessoais do titular são compartilhados internamente, entre as unidades acadêmicas e administrativas, estritamente para o cumprimento do dever legal e nos limites de suas atribuições institucionais. Externamente, com órgãos vinculados ao cumprimento da prestação do serviço público de educação, como o Ministério da Educação e entidades correlatas, no Brasil e instituições do exterior, com vínculo jurídico estabelecido com a UFPI.

Segurança no tratamento dos dados pessoais do titular

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do titular.

A UFPI utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o titular, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, a UFPI se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do titular dos dados, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço UFPI se compromete, ainda, a comunicar o titular dos dados, usuário do serviço, em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, a UFPI se compromete a tratar os dados pessoais do titular com confidencialidade, dentro dos limites legais.

O serviço Universidade Federal do Piauí (UFPI) utiliza cookies?

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do titular e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do titular para que nosso servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo titular, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do titular, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles.

A UFPI utiliza cookies para facilitar o acesso do titular aos serviços do sistema SIG utilizado na gestão administrativa e acadêmica.

Versão da PPD-UFPI

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 19/07/2021.

A UFPI se reserva o direito de modificar, a qualquer momento as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço da universidade e às leis que tratam da proteção de dados pessoais, disponibilizando as novas funcionalidades no site www.ufpi.br/lqpd

Qualquer alteração e/ou atualização deste Termo de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio da LGPD na UFPI (www.ufpi.br/lqpd) ficando disponível para acesso livre dos interessados, que serão notificados quanto à modificação implementada.

Qual o foro aplicável caso o titular de dados, usuário do serviço, queira realizar alguma reclamação?

Este Termo é regido com base na legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente na Comarca de Teresina-PI.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

TERMO DE USO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço da Universidade Federal do Piauí (UFPI) encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do titular ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o titular do serviço, Universidade Federal do Piauí (UFPI), disponibilizará informações sobre: o tipo de tratamento de dados realizado e a sua finalidade; os dados pessoais dos titulares necessários para a prestação do serviço; a forma de coleta dos dados; se há o compartilhamento de dados internamente e com terceiros e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário deverá confirmar que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis ao serviço prestado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e concorda em ficar vinculado a eles.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

- Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- Agentes de tratamento: o controlador e o operador.
- Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.
- Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Descrição do serviço

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma instituição federal de Ensino Superior sediada na cidade de Teresina - Estado do Piauí, com campi nas cidades de Picos, Floriano e Bom Jesus. A Instituição é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI (criada pela Lei nº 5.528, de 12/11/1968) e é financiada com recursos do Governo Federal. A missão da UFPI é "Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional" (PDI- 2010/2014).e na forma do seu Estatuto, objetivando estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formando profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, habilitados a atuar no desenvolvimento da sociedade brasileira. Para além disso, um dos pilares institucionais é o estímulo à pesquisa e a extensão, objetivando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais. A UFPI estrutura suas atividades a partir de campi distribuídos por todo o estado do Piauí: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro

Ininga, CEP 64049-550, Teresina - PI. Campus Universitário Senador Helvídio Nunes de Barros, Rua Cícero Eduardo S/N, Bairro Junco, CEP 64600-000, Picos/PI. Campus Universitário Amilcar Ferreira Sobral, BR 343, km 3,5, Bairro Meladão, CEP 64800-000, Floriano/PI. Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas, Rodovia BR 135, km 3, CEP 64900-000, Bom Jesus-PI

Agentes de tratamento

Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A Lei Geral de Proteção de Dados define o controlador em seu artigo 5º:

Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais estão na competência da Reitoria da Universidade Federal do Piauí, situada no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, CEP 64049-550, Teresina - PI. E-mail: lqpd@ufpi.edu.br. Telefone: 8632155511

Operador: aquele que realiza o tratamento de dados para os serviços da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A Lei Geral de Proteção de Dados define como operador, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado - é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A Lei Geral de Proteção de Dados define como encarregado, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VIII – pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para o serviço da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o Encarregado de dados, responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, é a profa. Dra. Cleânia de Sales Silva e o Prof. MSc. Ivenilton Alexandre de Souza Moura, que podem ser contactados pelo e-mail: lqpd@ufpi.edu.br.

Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do titular dos serviços públicos da administração pública.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

- Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição
- Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
- Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR) - Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
- Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Quais são os direitos do usuário do serviço?

O usuário do serviço, titular dos dados, possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II): é o direito do titular dos dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- Direito de retificação (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV): é o direito do titular de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
- Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.
- Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V): é o direito do titular de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
- Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Quais são as obrigações dos usuários do serviço?

O usuário do serviço, titular dos dados, responsabiliza-se pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar o serviço prestado pela UFPI.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o titular se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O titular dos dados, usuário do serviço, é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O titular dos dados, usuário do serviço, é responsável pela reparação de todo e qualquer dano, direto ou indireto (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros titulares, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à UFPI, a qualquer outro Titular, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A UFPI não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos titulares;
- e. Abuso de uso dos computadores dos titulares;
- f. Monitoração clandestina do computador dos titulares;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos titulares;
- h. Perímetro inseguro;

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do titular de dados ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo usuário, titular dos dados.

Quais são as responsabilidades da UFPI com os dados do titular?

A UFPI se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por

eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da UFPI implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A UFPI poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessária para cumprir com suas obrigações legais. Caso ocorra, a UFPI notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Este documento (doravante "Termo de Consentimento para tratamento de dados pessoais") visa registrar a manifestação livre e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento dos seus dados pessoais para a finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, bem como regular o acesso e uso nos sites e sistemas disponibilizados pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.

Ao manifestar a sua aceitação ao presente termo, o Titular consente e concorda que a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, inscrita no CNPJ nº 06.517.387/0001-34 com sede no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga - Teresina - PI -CEP: 64049-550, **doravante denominada Controladora**, tome decisões referentes ao tratamento dos seus dados pessoais abaixo descritos, necessários à prestação dos serviços ofertados pela Instituição de Ensino, envolvendo operações como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, ao acesso, à reprodução, transmissão, distribuição, ao processamento, arquivamento, armazenamento, à eliminação, avaliação ou ao controle da informação, à modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos referidos dados.

Para fins deste Termo de Consentimento para tratamento de dados pessoais, aplicam-se também as seguintes definições:

- **Sites:** qualquer página da web sob o domínio da UFPI (Controladora);
 - **Cookies:** arquivos enviados pelo servidor do site para o computador do Usuário, com a páginas navegadas ou links clicados, permitindo, desta forma, personalizar a utilização do site, de acordo com o seu perfil;
 - **IP:** abreviatura de Internet Protocol. É um conjunto de números que identifica o computador do Usuário na Internet;
 - **Logs:** registros de atividades do Usuário efetuadas nos sites e sistemas;
 - **Session ID:** identificação da sessão do Usuário no processo de inscrição ou quando utilizado de alguma forma o site;
 - **Usuário:** todo aquele que passar a usar nos sites e sistemas;
 - **Sistemas:** sites e/ou programas de computador que a UFPI (Controladora) utiliza para realizar seus processos seletivos, matrícula, controle acadêmico e relacionadas às atividades administrativas e necessários à prestação dos serviços ofertados pela Instituição de Ensino.
- O acesso, a navegação e utilização da Web para acesso ao site e sistemas institucionais e às redes sociais da Controladora implica aceitação expressa e sem reservas de todos os itens contidos no presente Termo de Consentimento, cuja validade e eficácia são equivalentes à de qualquer contrato celebrado por escrito e assinado.

Obtenção dos dados e informações

Os dados e as informações serão obtidos quando o usuário:

1. Passar a utilizar os sites, sistemas e documentos impressos (em meio físico);
2. Interagir com as diversas ferramentas existentes nos sites e sistemas, fornecendo as informações voluntariamente;
3. Entrar em contato pelos canais de comunicação disponíveis nos sites e sistemas;
4. Efetivar ações referentes a processos administrativos e acadêmicos.

Armazenamento dos Dados e das Informações

Todos os dados e as informações coletadas dos usuários serão incorporados ao banco de dados da UFPI (Controladora) e/ou com as instituições públicas e privadas contratadas, conveniadas e/ou parceiras para os devidos fins, sendo esta sua responsável e proprietária. Os dados e as informações coletados estarão armazenados em ambiente seguro, observado o estado da técnica disponível e somente poderão ser acessados por pessoas qualificadas e autorizadas pela UFPI (Controladora). Além disso, a Controladora afirma que não compartilhará, venderá ou apresentará os dados dos usuários para terceiros que não sejam seus parceiros diretamente envolvidos em seus processos com as finalidades neste termo apresentadas.

O usuário é o proprietário dos dados e está apto a adicionar, excluir ou modificar quaisquer informações que estiverem ligadas ao seu perfil de usuário nos sites e sistemas da UFPI (Controladora). Por isso, o usuário declara estar ciente e concorda com a coleta, o armazenamento, tratamento, processamento e uso das Informações enviadas e/ou transmitidas por ele, nos termos estabelecidos neste Termo de Consentimento.

A concordância do usuário abrange os dados pessoais e a utilização será por prazo indeterminado e/ou até que a legislação vigente dispense a sua manutenção.

Finalidades do Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados pessoais listados neste termo possui as seguintes finalidades:

1. Efetuar qualquer comunicação resultante de atividade do próprio site, sistemas ou a identificação do respectivo destinatário;
2. Responder a eventuais dúvidas e solicitações do usuário;
3. Fornecer acesso à área restrita dos sistemas ou às suas funcionalidades exclusivas;
4. Cumprir ordem legal ou judicial;
5. Constituir, defender ou exercer regularmente direitos em âmbito judicial ou administrativo;
6. Possibilitar que a UFPI (Controladora) mantenha atualizados os cadastros dos usuários para fins de contato autorizado a ser feito por telefone, correio eletrônico, SMS, mala-direta ou por outros meios de comunicação e promova atividades de atendimento ao Titular para fins de relacionamento em prestação de serviço ou comercial;
7. Possibilitar que a Controladora efetue a inscrição em processo seletivo, a matrícula ou renovação de matrícula em um dos cursos ofertados pela Instituição de Ensino Controladora e realize os registros acadêmicos do Titular;

8. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para as suas peças de comunicação;
9. Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para a elaboração de contratos, emissão de boletos, notas fiscais e documentos financeiros correlatos;
10. Possibilitar que a Controladora mantenha tais dados em banco de dados para o envio às instituições diretamente envolvidas em seus processos com as finalidades neste termo apresentadas.

Do Registro de Atividades

A UFPI (Controladora) poderá registrar as atividades efetuadas pelo Usuário nos sites e sistemas, por meio de logs, incluindo: 1. Endereço IP do usuário; 2. Ações efetuadas pelo usuário nos sites e sistemas; 3. Páginas acessadas pelo usuário; 4. Datas e horários de cada ação e de acesso a cada funcionalidade nos sites e sistemas; 5. Identificação de sessão do usuário, quando aplicável.

Os registros mencionados poderão ser utilizados pela Controladora em casos de investigação de fraudes ou de alterações indevidas em seus sistemas e cadastros.

Cookies

Os sites poderão fazer o uso de cookies, cabendo ao usuário configurar o seu navegador de Internet, caso deseje bloqueá-los. Nesta hipótese, algumas funcionalidades dos sites/sistemas poderão ser limitadas.

Dados Pessoais

À UFPI (Controladora) fica autorizada, conforme previsto na LGPD, tomar decisões referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do Titular em decorrência do vínculo deste com a Controladora e de acordo com as demandas das suas unidades e respectivas atividades e funções:

- Nome completo;
- Data de nascimento;
- RG;
- CPF;
- Estado civil;
- Profissão;
- Endereço;
- Filiação;
- E-mail;
- Números de telefone e WhatsApp;
- Carteira Nacional de Habilitação;
- Passaporte;
- Número do PIS/ PASEP;
- Número de Identificação Social (NIS);
- Informação de familiares (nome dos pais, quantidade e nome dos filhos, esposo(a) e idade destes);

- Dados socioeconômicos;
- Biometria;
- Convicção religiosa;
- Tipo de deficiência do titular e de seus dependentes;
- Medicamentos que faz uso;
- Cor/Etnia;
- Gênero;
- Nome social;
- Foto;
- Dados bancários;
- Nome de usuário e senha específicos para acesso aos sistemas institucionais da Controladora;
- Nível de instrução ou escolaridade;
- Curso;
- Turno;
- Matrícula;
- Desempenho acadêmico;
- Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e a Controladora;
- Documentos necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador.

Além disso, a Controladora (UFPI) fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados inseridos pelo Titular, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados pela mesma, como: divulgação de material da Instituição por e-mail e redes sociais; fotografias expostas em redes sociais públicas, a fim da interação entre o Titular e Controladora.

Compartilhamento de Dados

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidos pela LGPD.

Segurança dos Dados

A Controladora responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Considerando que nenhum sistema de segurança é absolutamente seguro, a UFPI (Controladora) se exime de quaisquer responsabilidades por eventuais danos e/ou prejuízos decorrentes de falhas, vírus ou invasões do banco de dados dos sites e sistemas, salvo nos casos de dolo ou culpa pela mesma.

Em conformidade com o art. 48 da Lei nº 13.709/2018, a Controladora comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do Tratamento dos Dados

A UFPI (Controladora) poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que estes forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste termo. Dados

personais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

O Titular poderá solicitar, via sinapse ou outro sistema específico, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do Titular, exceto em caso de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, estudo por órgão de pesquisa, transferência a terceiro e uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Direitos do Titular

O Titular tem direito a obter da Controladora, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

V – portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;

VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do Titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;

VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais a Controladora realizou uso compartilhado de dados;

VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ terá prazo de 15 dias úteis, contados do próximo dia útil posterior à solicitação, realizada via sinapse ou outro sistema específico, e prorrogável por mais 15 dias úteis, mediante justificativa fundamentada, para emissão da resposta referente ao pedido do usuário. Situações excepcionais, força maior, pandemias, número excessivo de pedidos justificam a prorrogação do prazo de resposta, por mais 30 dias.

Menores de idade

No caso de Usuário menor de 18 anos, o aceite deste Termo de Consentimento deverá ocorrer pelo responsável legal, conforme as condições estabelecidas neste documento.

Atualização das Informações

O usuário está ciente e concorda que a UFPI (Controladora) se reserva no direito de alterar a sua prestação de serviços para melhor aprimorar seus atendimentos, implementar novas tecnologias, e isso poderá acarretar alterações, a qualquer tempo, deste termo, para incluir as modificações implementadas. A continuidade da utilização dos serviços caracteriza o seu consentimento, aceitação e autorização às modificações implementadas.

Acesso aos Dados

Caberá à UFPI (Controladora) a disponibilização de conteúdo nos sites e acessos aos sistemas, via login e senha, devendo o usuário cumprir todas as determinações e/ou orientações do **Termo de Uso e Política de Privacidade**, bem como decorrente de legislação correlata.

A qualquer tempo, e sem aviso, a Controladora poderá cancelar, suspender ou interromper o acesso aos serviços, respeitadas as orientações legais vigentes.

Direito de Revogação do Consentimento

O usuário poderá solicitar, a qualquer momento, a revogação do consentimento, via sinapse ou outro sistema específico.

O pedido de revogação do Consentimento não obriga a UFPI (Controladora) a encerrar o tratamento dos dados quando estes se fizerem necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, estudo por órgão de pesquisa, transferência a terceiro e uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Disposições gerais

Eventuais omissões ou tolerâncias das partes não constituirão novação ou renúncia, nem afetarão o exercício de quaisquer dos direitos aqui previstos, que poderão ser exercidos integralmente, a qualquer tempo, nos termos da LGPD.

A UFPI (Controladora) poderá realizar o tratamento de dados diversos ao termo de consentimento, em conformidade com o Art. 7 da LGPD.

Canal de Atendimento

Estou ciente que posso utilizar o canal de atendimento à LGPD da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, por meio do endereço de e-mail lcpd@ufpi.edu.br e a página www.ufpi.br/lcpd para tirar dúvidas e/ou ter acesso às informações relacionadas ao tratamento dos meus Dados Pessoais.

Por fim, declaro ter lido e ter sido suficientemente informado sobre o conteúdo deste **Termo de Consentimento** e concordo com o tratamento dos meus Dados Pessoais aqui descrito de forma livre e esclarecida, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados e às demais normativas sobre proteção de Dados Pessoais aplicáveis, bem como sobre as orientações do **Termo de Uso e Política de Privacidade**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CONSUN/UFPI Nº 40 DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

Altera Regime de Trabalho de Tempo Parcial – TP
20 horas para Tempo Integral – TI 40 horas.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO-CONSUN, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho Universitário, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 01/1984, de 15 de fevereiro de 1984 e alterado pela Resolução nº 27/2013, de 16 de abril de 2013;
- a decisão do Conselho Universitário em reunião do dia 07 de outubro de 2021;
- o Processo Nº 23111.03335/2019-37,

RESOLVE:

Alterar o Regime de Trabalho da Docente Renata Paula Lima Beltrão, lotada na Coordenação do Curso de Medicina do **Campus** Ministro Reis Velloso/CMRV, de Tempo Parcial - TP 20 horas para para Tempo Integral – TI 40 horas.

Teresina, 11 de outubro de 2021.

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor